

EXERCÍCIO DE 2017



Escola de Artes do Norte Alentejano

Conservatório de Portalegre

RELATÓRIO E CONTAS

1.	Introdução.....	3
2.	A Escola de Artes do Norte Alentejano (EANA).....	4
2.1.	Apresentação	4
2.1.1.	Identificação da entidade.....	5
2.1.2.	Código de Atividade Económica	5
2.1.3.	Órgãos Sociais	5
3.	Preparação das Demonstrações Financeiras.....	6
3.1.	Referencial contabilístico utilizado	6
3.2.	Contas do balanço e da demonstração de resultados	7
4.	Principais Políticas Contabilísticas	7
4.1.	Bases de mensuração das demonstrações financeiras	7
4.2.	Principais fontes de incerteza das estimativas.....	10
5.	Ativos Fixos Tangíveis.....	10
6.	Ativos Intangíveis	10
7.	Investimentos Financeiros.....	11
8.	Rendimentos	11
8.1.	Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do réditio	11
8.2.	Quantia de cada categoria significativa de réditio reconhecida	12
8.3.	Outros rendimentos e ganhos	13
8.4.	Juros, dividendos e outros rendimentos similares.....	13
9.	Fornecimentos e Serviços Externos	Erro! Marcador não definido.
10.	Benefícios dos Colaboradores e Encargos da Entidade	15
11.	Outros Gastos e Perdas	16
12.	Impostos e Contribuições	16
12.1.	Divulgação do imposto sobre rendimento	16
13.	Capital Próprio	17
13.1.	Movimentos associados ao capital próprio	17
14.	Financiamentos Obtidos.....	17
15.	Outras Informações.....	17
16.	Demonstrações Financeiras.....	19



2017



1. Introdução

Ao abrigo dos Estatutos e das disposições legais, vimos apresentar o Relatório de Atividades e Contas da Escola de Artes do Norte Alentejano – Conservatório de Portalegre para o exercício económico de 2017.

O objetivo do relatório é relatar e dar a conhecer as atividades realizadas pela Escola ao longo do ano que passou, tendo como premissa o seu plano de atividades. O atual relatório de Gestão e Contas individuais é elaborado no âmbito da apresentação de Informação Financeira anual, preparada com referência a 31 de dezembro de 2017, nos termos do disposto no artigo 25º dos Estatutos.

2. A Escola de Artes do Norte Alentejano (EANA)

2.1. Apresentação

A Escola de Artes do Norte Alentejano (EANA), anteriormente designada por Conservatório Regional de Portalegre, é uma Escola Particular e Cooperativa de Ensino Artístico Especializado da Música, podendo estender a sua atividade ao Ensino do Bailado e a outras Artes.

Esta Escola tem como suporte jurídico uma Associação de serviço público sem fins lucrativos, com a mesma denominação. Devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (ME) em 1988, iniciou as suas atividades nas instalações contíguas ao Palácio Amarelo, cedidas para o efeito, pela Autarquia local.

É reconhecida como Instituição de Utilidade Pública por despacho do Senhor Secretário de Estado da Reforma Educativa, de 28 de Junho de 1991, vindo a desenvolver a sua atividade na área do Ensino Artístico Especializado da Música desde a sua criação. Desenvolvendo as suas atividades, através de Autorizações Provisórias de Funcionamento, atribuídas por parte do ME, viu em 1994, com a cedência de novas instalações atribuídas por parte da Câmara Municipal de Portalegre, antiga Igreja da Misericórdia e anexos, edifício devidamente remodelado para a prática das atividades que desenvolve, a atribuição da Autorização Definitiva de Funcionamento.

Para o desenvolvimento das atividades desta escola é assinado anualmente, um contrato de patrocínio com o ME, suporte financeiro para o seu funcionamento. Cabe a esta escola dar cumprimento a normativos específicos, aos níveis de habilitação do seu corpo docente, espaço físico e todas as especificidades que uma escola desta natureza necessita para a obtenção desse reconhecimento por parte do ME.

Artes
Artes
A

2.1.1. Identificação da entidade

Denominação: Escola de Artes do Norte Alentejano

Natureza Jurídica: Associação de Direito Privado

Sede: Largo da Misericórdia – R/C

7300 – 092 Portalegre

2.1.2. Código de Atividade Económica

CAE Principal: 85593 – Outras atividades educativas, n.e.

CAE Secundário: 94995 – Outras atividades associativas, n.e.

2.1.3. Órgãos Sociais



3. Preparação das Demonstrações Financeiras

3.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), instituído pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o qual contempla as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Consistência da apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível de apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza, que nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações não tendo a entidade intenção, nem necessidade, de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Regime da periodização económica (acrécimo)

A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em 'Devedores por Acrécimo de Rendimento'; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas 'Credores por Acrécimo de Gastos'.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the top right corner of the page.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito da apresentação de demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, e vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, respeitando o princípio da continuidade da entidade.

3.2. Contas do balanço e da demonstração de resultados

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2016.

4. Principais Políticas Contabilísticas

4.1. Bases de mensuração das demonstrações financeiras

Eventos subsequentes

Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data de balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, menos depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Assim, para o seu cálculo, são utilizadas as taxas máximas legais e não se consideram as depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Ativos Fixos Intangíveis

O procedimento adotado sobre os ativos intangíveis é igual ao adotado para os ativos fixos tangíveis embora neste período não tenha sido adquirido qualquer intangível.

Imposto sobre o rendimento

Segundo o código do IRC, os resultados da Associação obtidos pelo desenvolvimento da sua atividade não se encontram sujeitos a tributação.

Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos Obtidos”, expressa no “Passivo Corrente”

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Artur
Real
X

Cientes e Outras contas a receber

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem juros implícitos. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os empréstimos obtidos foram todos incluídos como passivos correntes, pois o seu vencimento ocorre a menos de um ano da data de relato. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente, quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração de resultados como gastos em observância do regime de periodização económica.

Rédito e Regime do acréscimo


O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços recorrentes da atividade normal da Escola. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado, quando se aplique.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Subsídios

Os subsídios do Ministério da Educação e Ciência são reconhecidos ao seu justo valor, existindo uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados no período. Os subsídios são registados, quando ocorre o rendimento, independentemente



do recebimento do mesmo.

Complementarmente, os subsídios relacionados com ativos, desde que não reembolsáveis, devem ser reconhecidos inicialmente nos Capitais Próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para fazer o balanceamento com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Ainda, os subsídios que respeitam a investimento em ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, deverão ser imputados numa base sistemática como rendimento.

4.2. Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

As divulgações sobre os ativos fixos tangíveis, nomeadamente, a quantia bruta escriturada, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período mostrando as adições e outras possíveis alterações, foram feitas conforme o quadro seguinte:

O valor global das imobilizações está afeto à atividade da Escola de Artes do Norte Alentejano.

A entidade não registou qualquer aquisição de ativo fixo tangível e o ativo adquirido em períodos anteriores já se encontrava totalmente depreciado no início do período.

6. Ativos Intangíveis

A entidade não registou qualquer aquisição de ativo fixo intangível e o ativo adquirido em períodos anteriores já se encontrava totalmente depreciado no início do período.



7. Investimentos Financeiros

Descrição	2016	Varição do período	2017
Fundos de Compensação do Trabalho (FCT)	1 276,01 €	2 452,89 €	1 176,88 €

“O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.”
(Fundos de Compensação, 2017)

O Fundo de Compensação pago pela Entidade Empregadora abrange ainda uma outra rubrica que é o FGCT – rubrica essa que entra para a conta 63 – Gastos com Pessoal.

Com efeito, o FGCT pagará ao trabalhador o montante necessário de modo a perfazer 50% do valor da compensação a que este tenha direito na sequência da cessação do seu contrato de trabalho descontado do valor que lhe tiver sido entregue pelo empregador.”
(Fundos de Compensação, 2017)

Nesta rubrica está refletido o valor já investido pela entidade apenas em Fundos de Compensação de Trabalho.

8. Rendimentos

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens de propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;

- O montante do crédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- O crédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber;

O crédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do crédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

8.2. Quantia de cada categoria significativa de crédito reconhecida

Rubricas	2016	2017	Variação	%
Vendas/Prestação de Serviços	41 592,76 €	44 609,29 €	3 016,53 €	7,25%
Total	41 592,76 €	44 609,29 €	3 016,53 €	7,25%

Comparativamente com o ano 2016, verificou se um aumento relativo ao rendimento proveniente das prestações de serviços na ordem dos 7,25%.

8.3. Outros rendimentos e ganhos

Rubricas	2016	2017	Variação	%
Outros Rendimentos e Ganhos				
Outros proveitos e ganhos operacionais	3 001,50 €	266,53 €	- 2 734,97 €	-91,12%
Outros rendimentos suplementares	898,05 €	- €	- 898,05 €	100,00%
Restituição de impostos	3 268,66 €	- €	- 3 268,66 €	-100,00%
Total	7 168,21 €	266,53 €	- 6 901,68 €	-96,28%

Comparativamente com o ano 2016, verificou se um decréscimo relativo aos outros rendimentos e ganhos na ordem dos 96,28%.

8.4. Juros, dividendos e outros rendimentos similares

Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos

Rubricas	2016	2017	Variação	%
Subsídios à Exploração				
IEFP	3 357,07 €	2 726,14 €	- 630,93 €	-19%
Município de Ponte de Sor	13 650,00 €	6 250,00 €	- 7 400,00 €	-54%
Município de Portalegre	600,00 €	8 200,00 €	7 600,00 €	1267%
Município de Sousel	1 000,00 €	17 323,58 €	16 323,58 €	1632%
Município de Gavião	- €	4 000,00 €	4 000,00 €	100%
POPH- PROJETO 108249/2014/16	844,72 €	- €	- 844,72 €	-100%
Federação- Bandas Filarmónicas	- €	10 594,30 €	10 594,30 €	100%
DGEST- contrato patrocínio	562 070,00 €	562 070,00 €	- €	0%
Total	581 521,79 €	611 164,02 €	29 642,23 €	5,10%

Política contabilística adotada para os subsídios do Estado, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras, assim os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Escola cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

A nível de subsídios à exploração é de destacar o aumento do apoio concedido pelo Município de Sousel e da Federação das Bandas Filarmónicas.

9. Fornecimentos e Serviços Externos

Rubricas	2016	2017	Variação	%
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	22 888,00 €	34 466,52 €	11 578,52 €	50,59%
Trabalhos especializados	11 435,43 €	8 952,84 €	- 2 482,59 €	-21,71%
Publicidade e propaganda	345,63 €	344,40 €	- 1,23 €	-0,36%
Vigilância e segurança	- €	515,99 €	515,99 €	100,00%
Honorários	9 267,88 €	23 302,37 €	14 034,49 €	151,43%
Comissões	- €	156,18 €	156,18 €	100,00%
Conservação e reparação	592,38 €	1 190,96 €	598,58 €	101,05%
Serviços bancários	139,46 €	3,78 €	- 135,68 €	-97,29%
Outros	1 107,22 €	- €	- 1 107,22 €	-100,00%
MATERIAIS	1 949,17 €	2 002,82 €	53,65 €	2,75%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	21,29 €	80,63 €	59,34 €	278,72%
Livros e documentação técnica	16,90 €	22,90 €	6,00 €	100,00%
Material de escritório	1 748,30 €	1 717,06 €	- 31,24 €	-1,79%
Outros materiais	162,68 €	182,23 €	19,55 €	100,00%
ENERGIA E FLUIDOS	5 407,86 €	4 161,83 €	- 1 246,03 €	-23,04%
Eletricidade	4 472,22 €	3 428,32 €	- 1 043,90 €	-23,34%
Combustíveis	438,05 €	346,15 €	- 91,90 €	-21%
Água	451,59 €	264,76 €	- 186,83 €	0,00%
Gás	46,00 €	122,60 €	76,60 €	100,00%
DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	29 866,03 €	1 069,51 €	- 28 796,52 €	-96,42%
Deslocações e estadas	145,96 €	912,70 €	766,74 €	100,00%
Transporte pessoal/mercadorias	154,17 €	156,81 €	2,64 €	2%
Outros	29 565,90 €	- €	- 29 565,90 €	-100,00%
SERVIÇOS DIVERSOS	8 316,93 €	6 814,16 €	- 1 502,77 €	-18,07%
Rendas e alugueres	4 100,00 €	1 000,00 €	- 3 100,00 €	-75,61%
Comunicação	3 448,09 €	2 947,56 €	- 500,53 €	-14,52%
Seguros	396,81 €	1 880,78 €	1 483,97 €	100,00%
Despesas de representação	38,30 €	515,00 €	476,70 €	1244,65%
Limpeza, higiene e conforto	257,37 €	470,82 €	213,45 €	82,94%
Outros fornecimentos e serviços	76,36 €	- €	- 76,36 €	-100,00%
Total	68 427,99 €	48 514,84 €	- 19 913,15 €	-29,10%

É de destacar a diminuição do gasto em fornecimentos e serviços externos de 2016 para 2017. Conforme se pode verificar, em termos absolutos, na generalidade estas rubricas sofreram um decréscimo, com exceção da rubrica dos materiais que apresentou um ligeiro aumento de 2,75%.

10. Benefícios dos Colaboradores e Encargos da Entidade

A Escola conta, atualmente com 30 colaboradores, sendo 24 de pessoal docente e seis não docente, estando a variação do ano refletida no quadro seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>
Nº de trabalhadores: janeiro	31
Nº de trabalhadores: dezembro	30

As remunerações ao pessoal dizem respeito aos vencimentos líquidos dos descontos a que cada trabalhador está sujeito. Nos encargos sobre remunerações encontramos as contribuições de Segurança Social que cabem à entidade entregar ao Estado. Ainda se incluem nestes gastos, seguros de acidentes de trabalho e doença profissional e o Fundo de Garantia e Compensação do Trabalho (FGCT). Nos outros gastos com pessoal estão incluídos os gastos como Higiene e Segurança no Trabalho, Formação e gastos relacionados com a realização de Eventos. Conforme se pode verificar no quadro seguinte os gastos com pessoal sofreram um aumento em termos absolutos de 28525,17€ relativamente ao ano anterior.

Rubricas	2016	2017	Variação	%
Gastos com o Pessoal				
Remunerações do pessoal	429 392,89 €	457 124,35 €	27 731,46 €	6,46%
Encargos sobre remunerações	91 687,95 €	92 367,42 €	679,47 €	0,74%
Segurança Social	- €	75 068,94 €	75 068,94 €	100%
CGA	- €	17 195,53 €	17 195,53 €	100%
FGCT	- €	102,95 €	102,95 €	100%
Seguros de acidentes de trabalho	2 665,07 €	2 841,79 €	176,72 €	6,63%
Outros gastos com o pessoal	362,95 €	300,47 €	- 62,48 €	100%
Total	524 108,86 €	552 634,03 €	28 525,17 €	5,44%

11. Outros Gastos e Perdas

Rubricas	2016	2017	Variação	%
Outros Gastos e Perdas				
Imposto de selo	- €	2,00 €		100%
Imposto sobre transportes rodoviários(IUC)	673,67 €	340,13 €	- 333,54 €	-50%
Taxas	42,74 €	109,05 €	66,31 €	155,15%
Quotizações	- €	346,23 €	346,23 €	100%
Despesas confidenciais	- €	70,85 €	70,85 €	100%
Multas e penalidades	12 776,14 €	120,03 €	- 12 656,11 €	-99,06%
Outros não especificados	2,21 €	143,41 €	141,20 €	6389%
Juros de mora e compensatórios	1 815,25 €	479,84 €	- 1 335,41 €	-73,6%
Outros juros	0,45 €	- €	- 0,45 €	100%
Total	15 310,46 €	1 611,54 €	- 13 698,92 €	-89,47%

12. Impostos e Contribuições

12.1. Divulgação do imposto sobre rendimento

Rubricas	2016	2017	Variação	%
Resultado Antes de Impostos	21 951,32 €	53 049,18 €	31 097,86 €	141,67%
Imposto sobre o rendimento (IRC)	- €	- €	- €	0,00%
Resultado líquido do período	21 951,32 €	53 049,18 €	31 097,86 €	141,67%

Durante o exercício em análise, a Escola desenvolveu a sua atividade de acordo com o seu objeto social. Embora os gastos com o pessoal tenham sofrido um aumento significativo, a diminuição dos fornecimentos e serviços externos e outros gastos e perdas contribuiu para a diferença positiva do resultado líquido de 31 097,86€.

13. Capital Próprio

13.1. Movimentos associados ao capital próprio

Rubricas	2016	2017	Variação
Capital Próprio			
Outras reservas	2 655,20 €	2 655,20 €	- €
Resultados transitados	-324 428,57 €	-307 025,58 €	17 402,99 €
Resultado líquido do período	21 951,32 €	53 049,18 €	31 097,86 €
Total	- 299 822,05 €	- 251 321,20 €	48 500,85 €

Apesar dos Resultados Transitados continuarem negativos, em 2017 estes sofreram um ligeiro aumento derivado ao resultado líquido positivo do exercício anterior.

14. Financiamentos Obtidos

A Escola não contraiu qualquer empréstimo junto da banca durante o ano de 2017 e tem todas as suas dívidas saldadas em relação a essas mesmas entidades.

15. Outras Informações

De forma a obter uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

Clientes

A 31 de dezembro de 2017 a rubrica clientes apresentava o seguinte saldo.

Rubricas	2016	2017	Variação	%
Cientes Conta Corrente	- €	3 204,90 €	3 204,90 €	0,00%


Fornecedores

Na rubrica de fornecedores estão em saldo valores referentes a fornecimentos correntes.

Rubricas	2016	2017	Variação	%
Fornecedores	1 961,03 €	476,90 €	- 1 484,13 €	-75,68%

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica caixa foi conferida e está de acordo com a documentação apresentada. Os depósitos bancários foram devidamente reconciliados e correspondem aos valores apresentados nos extratos bancários.

Rubricas	2016	2017	Variação	%
Caixa e Depósitos Bancários				
Caixa	1 082,29 €	2 839,41 €	1 757,12 €	162,35%
Depósitos à Ordem	180 984,33 €	207 116,16 €	26 131,83 €	14,44%
Banco Caixa Geral de Depósitos n.06420451856	17 301,38 €	40 272,53 €	22 971,15 €	132,77%
Banco Montepio n.308-10001936-0	158 380,75 €	130 533,85 €	- 27 846,90 €	-17,58%
Banco Montepio n.308-10001985-7	5 302,20 €	36 309,78 €	31 007,58 €	584,81%
Total	182 066,62 €	209 955,57 €	27 888,95 €	15,32%

Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de dezembro estão em dívida ao Estado os Encargos Sociais relativos ao mês de dezembro a serem pagos até dia 20 de janeiro de 2018.

Rubricas	2016	2017	Variação	%
Estado e Outros Entes Públicos				
Retenção de impostos sobre rendimento	4 157,50 €	4 165,00 €	7,50 €	0,18%
Imposto sobre valor acrescentado (IVA) a débito	50,02 €	- 70,23 €	- 120,25 €	-240,40%
Imposto sobre valor acrescentado (IVA) a crédito	- €	- €	- €	100,00%
Segurança Social	56 175,91 €	42 131,43 €	- 14 044,48 €	-25,00%
Caixa Geral de Aposentações	11 727,28 €	17 540,05 €	5 812,77 €	49,57%
ADSE	298,21 €	- 3 816,67 €	- 4 114,88 €	-1379,86%
Sindicato	- €	- 3 925,75 €	- 4 114,88 €	100,00%
Total	72 408,92 €	56 023,83 €	- 16 385,09 €	-22,63%

16. Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
Dezembro 2017

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		44 609,29	41 592,76
Subsídios à exploração.....		611 164,02	581 521,79
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....			
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....		(230,25)	(484,13)
Fornecimentos e serviços externos.....		(48 514,84)	(68 427,99)
Gastos com o pessoal.....		(552 634,03)	(524 108,86)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....		266,53	7 168,21
Outros rendimentos e ganhos.....		(1 611,54)	(15 310,46)
Outros gastos e perdas.....			
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		53 049,18	21 951,32
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....			
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		53 049,18	21 951,32
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....			
Resultado antes de impostos		53 049,18	21 951,32
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		53 049,18	21 951,32
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			
Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe.....			
Interesses minoritários.....			
Resultado por acção básico.....			

* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

Escola de Artes do Norte Alentejano- Conservatório de Portalegre

Relatório e Contas 2017

ESCOLA DE ARTES DO NORTE ALENTEJANO - PORTALEGRE

BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2017

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....			
Propriedades de investimento.....			
Goodwill.....			
Activos intangíveis.....			
Activos biológicos.....			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial.....			
Participações financeiras - outros métodos.....			
Accionistas/sócios.....			
Outros activos financeiros.....		2 452,89	1 276,01
Activos por impostos diferidos.....			
		2 452,89	1 276,01
Activo corrente:			
Inventários.....			
Activos biológicos.....			
Clientes.....		3 204,90	
Adiantamentos a fornecedores.....		49,20	
Estado e outros entes públicos.....		7 812,65	136,96
Accionistas/sócios.....			
Outras contas a receber.....			
Diferimentos.....		51,59	1 005,34
Activos financeiros detidos para negociação.....			
Outros activos financeiros.....			
Activos não correntes detidos para venda.....			
Caixa e depósitos bancários.....		209 955,57	182 066,62
		221 073,91	183 208,92
Total do Activo		223 526,80	184 484,93

Escola de Artes do Norte Alentejano- Conservatório de Portalegre

Relatório e Contas 2017

BALANÇO INDIVIDUAL
Dezembro 2017

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado.....			
Acções (quotas) próprias.....			
Outros instrumentos de capital próprio.....			
Prémios de emissão.....			
Reservas legais.....			
Outras reservas.....		2 655,20	2 655,20
Resultados transitados.....		(307 025,58)	(324 428,57)
Ajustamentos em activos financeiros.....			
Excedentes de revalorização.....			
Outras variações no capital próprio.....			
		(304 370,38)	(321 773,37)
Resultado líquido do período.....		53 049,18	21 951,32
Interesses minoritários.....		(251 321,20)	(299 822,05)
Total do capital próprio		(251 321,20)	(299 822,05)
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....			
Financiamentos obtidos.....			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....			
Passivos por impostos diferidos.....			
Outras contas a pagar.....			
Passivo corrente:			
Fornecedores.....		526,10	1 961,03
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....		63 836,48	72 545,88
Accionistas/sócios.....			
Financiamentos obtidos.....			
Outras contas a pagar.....		125 894,66	128 765,07
Diferimentos.....		284 590,76	281 035,00
Passivos financeiros detidos para negociação.....			
Outros passivos financeiros.....			
Passivos não correntes detidos para venda.....			
		474 848,00	484 306,98
Total do passivo		474 848,00	484 306,98
Total do Capital Próprio e do Passivo		223 526,80	184 484,93



A Direção,

Artur Jorge Coelho Correia

Artur Jorge Coelho Correia

(Presidente)

António João dos Santos Ramalho Casqueira

António João dos Santos Ramalho Casqueira

(Tesoureiro)

Ricardo Manuel Coelho Cortes

Ricardo Manuel Coelho Cortes

(Secretário)

Isabel Esteves Amorim Sousa

Isabel Esteves Amorim Sousa

(Contabilista Certificada – Global Consultores))

188517421

40395

Duarte Francisco Pereira de Barros

Duarte Francisco Pereira de Barros

(O Responsável Financeiro- Global Consultores)



Proposta

Nos termos do exposto, a Direção da Escola de Artes do Norte Alentejano (EANA), propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1- Aprovação do relatório e contas do ano de 2017;

Portalegre, 15 de março de 2018

A Direção,

Artur Jorge Coelho Correia


(Presidente)

António João dos Santos Ramalho Casqueira


(Tesoureiro)

Ricardo Manuel Coelho Cortes


(Secretário)



Proposta

Nos termos do exposto, a Direção da Escola de Artes do Norte Alentejano (EANA), propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1- Aprovação do relatório e contas do ano de 2017;

Portalegre, 15 de março de 2018

A Direção,

Artur Jorge Coelho Correia


(Presidente)

António João dos Santos Ramalho Casqueira


(Tesoureiro)

Ricardo Manuel Coelho Cortes


(Secretário)



Parecer

Analisadas as contas e os seus documentos de suporte, somos de parecer que o Relatório e Contas da Direção e as Demonstrações Financeiras referidas, em termos gerais, podem considerar-se em conformidade com as regras legais e estruturais.

Neste termo, propomos que o presente relatório e contas seja aprovado pela Assembleia Geral.

Portalegre, ___/_____/2018

O Conselho Fiscal:

Armando Jorge Mendonça Varela

(Presidente)

Luís Filipe Martins Viegas

(Primeiro Vogal)

Maria teresa Lobo Borralho

(Segundo Vogal)



Parecer

Analisadas as contas e os seus documentos de suporte, somos de parecer que o Relatório e Contas da Direção e as Demonstrações Financeiras referidas, em termos gerais, podem considerar-se em conformidade com as regras legais e estruturais.

Neste termo, propomos que o presente relatório e contas seja aprovado pela Assembleia Geral.

Portalegre, ___/_____/2018

O Conselho Fiscal:

Armando Jorge Mendonça Varela

(Presidente)

Luís Filipe Martins Viegas

(Primeiro Vogal)

Maria teresa Lobo Borralho

(Segundo Vogal)

